



Número 98 – Maio de 2011

Análise dos atuais componentes da inflação no Brasil

Análise dos atuais componentes da inflação no Brasil

Inflação

A Nota Técnica nº 94 – “Inflação e Juros: é necessário mudar o rumo do debate”¹ explicitou de forma clara e sucinta as questões que envolvem alguns princípios basilares da atual política econômica e cujas inflexibilidades apontadas a torna inoperante frente a certos fenômenos econômicos, uma vez que sua aplicação, de um lado, pode não alcançar o objetivo pretendido e, de outro, mostra-se danosa quando freia, de forma comprometedora, o crescimento do país.

Considerando que a análise do atual quadro de aceleração inflacionária comporta inúmeras interpretações, optou-se, com a intenção de aprofundar a investigação, por agregar os 540 itens que compõem o Índice de Custo de Vida – ICV, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, em dois grandes grupos: **Bens e Serviços**. Esses dois grupos foram desagregados segundo a inserção e a dinâmica de formação de preços no mercado consumidor: público ou administrado, oligopólio e concorrencial.

A desagregação dos Bens compreende:

- **Público/Administrado** – gás de botijão, gasolina, álcool combustível, diesel e óleos;
- **Oligopólio** – cimento, tintas, produtos de higiene e de limpeza doméstica, medicamentos e cigarros;
- **Concorrencial** – todos os bens comercializados cujos produtores/vendedores encontram-se em mercados cujas estruturas não permitem ações que levem à imposição de preços ou a qualquer outro tipo de controle da demanda.

A desagregação dos Serviços compreende:

¹ Esta Nota Técnica pretende complementar a Nota nº 94 – “Inflação e juros: é necessário mudar o rumo do debate”, publicada em janeiro de 2011 e disponível em (<http://www.dieese.org.br/>).

- **Público/Administrado** – impostos, tarifas (transporte coletivo, água/esgoto, eletricidade, telefonia e gás de rua);
- **Oligopólio** – seguro e convênio médico;
- **Concorrencial** – alimentação fora do domicílio, aluguéis, condomínio, mão de obra da construção civil, empregados domésticos, mensalidades escolares, médicos, dentistas, exames de laboratório, manutenção de veículo etc.

No primeiro quadrimestre de 2011, o ICV acumulou taxa de 3,48%. Desse total, os serviços contribuíram com 3,23% e os bens com 3,73%. Diferença de 0,50 pp. a favor dos bens.

Uma análise mais detalhada do setor de serviços mostra que as maiores taxas de aumento de preços ocorreram no mercado concorrencial (4,1%), consequência, principalmente, da alta na alimentação fora do domicílio e das mensalidades escolares. Outro subgrupo foi o dos serviços públicos/administrados (3,2%), que apresentou forte aumento originário do transporte coletivo. Os preços de oligopólio (0,6%) sofreram pequenas variações.

Quanto aos **bens**, a maior aceleração ocorreu nos preços públicos/administrados (13,9%), liderados pela alta dos combustíveis. Os preços dos setores oligopolizados e concorreniais cresceram a taxas menores de 3,8% e 1,6%, respectivamente.

Os preços de oligopólio sofreram alterações mais próximas aos preços dos bens comercializados em mercado concorrencial, fato pouco comum, pois, tendo poder de impor preços, os oligopólios geralmente são os primeiros a recompor e preservar margens. Uma parte da explicação para esse comportamento pode vir da maior participação das importações no mercado interno, favorecidas pela sobrevalorização do real frente ao dólar, fato que cria um ambiente mais competitivo e reduz o poder de mercado das grandes empresas oligopolistas.

Uma das alegações sempre presente na elevação dos preços dos serviços concorreniais é a influência dos salários na formação destes preços e da demanda no consumo dos mesmos. As altas nos preços da alimentação fora do domicílio e nas

mensalidades escolares não guardam relação direta com o salário mínimo, uma vez que ambos os serviços não estão na cesta de consumo daqueles que ganham esse salário. Alguma relação indireta é possível de se imaginar, já que parcela do contingente de trabalhadores nesses segmentos pode receber o mínimo, o que explicaria algum repasse. Mas, como se tratam de categorias organizadas, os salários referência (pisos) geralmente estão acima do patamar do mínimo. Quanto aos serviços públicos/administrados, estes cresceriam de qualquer forma, independentemente de salários. No caso da alimentação fora do domicílio, não se pode desprezar os prováveis repasses de preços do grupo alimentação para os preços finais dessa atividade.

No grupo dos **bens**, a alta dos combustíveis também não guarda qualquer relação com salários, em sentido amplo, e muito menos com o salário mínimo. Ela tem como causa o aumento do preço do açúcar no mercado internacional (cerca de 40% em 2010), pois, ao mesmo tempo em que crescia a demanda por carros “flex”, os produtores optaram por aumentar a produção de açúcar e reduzir a oferta interna de álcool combustível (etanol), causando pressões sobre o preço do produto.

A Tabela 1 apresenta, de forma resumida, a composição e o comportamento dos preços dos bens e serviços nos primeiros quatro meses de 2011.

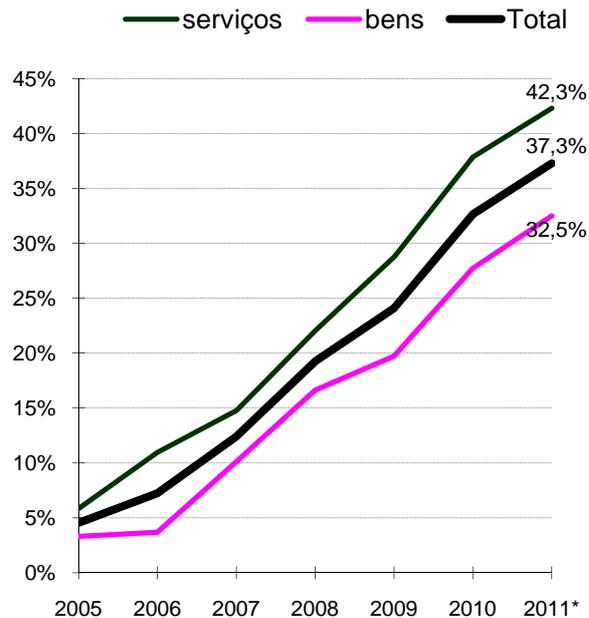
TABELA 1
Índice do Custo de Vida (ICV/DIEESE)
Taxas Acumuladas em 2011 – grupos e mercado
Município de São Paulo

Grupos	Mercado	Peso de dez/10	Contribuição	Taxa em 2011
Bens	Público/Administrado	7,4%	1,0%	13,9%
	Oligopólio	6,1%	0,2%	3,8%
	Concorrencial	35,6%	0,6%	1,6%
Bens Total		49,2%	1,8%	3,7%
Serviços	Público/Administrado	14,6%	0,5%	3,2%
	Oligopólio	8,6%	0,0%	0,6%
	Concorrencial	27,5%	1,1%	4,1%
Serviços Total		50,8%	1,6%	3,2%
Total Global		100,0%	3,5%	3,5%

Fonte: DIEESE

Quando se observa um período maior, a partir de 2005, nota-se que os preços dos serviços têm se elevado mais que os preços dos bens. A série pesquisada entre janeiro de 2005 e abril de 2011 mostra a variação dos preços de um e de outro grupo.

GRÁFICO 1
Composição e comportamento dos bens e serviços
2005-2011¹



Fonte: ICV-DIEESE
Nota: 1) 1º quadrimestre

No período pesquisado (2005/11), a inflação acumulada foi de 37,27%. Desse total, os serviços contribuíram com 42,30% e os bens com 32,50%, uma diferença, portanto, de 9,8 pp.

Dentre os serviços, observaram-se aumentos acima de 60,0% nos itens: alimentação fora do domicílio (71,49%); tarifas de transporte coletivo (67,67%); condomínio (65,58%) e serviços domésticos (61,14%).

No que diz respeito aos bens, os itens que apresentaram taxas de aumento mais elevadas foram: diversos (68,30%) e alimentação no domicílio (48,68%).

É oportuno fazer algumas considerações a respeito das razões que levaram esses subgrupos a registrarem altas de preços muito acima da média do grupo.

Nos serviços:

- Alimentação fora do domicílio registrou expressivo aumento de preços devido a dois fatores: (1) aumento do emprego, da massa de salários e conseqüente elevação na demanda por refeições fora de casa e (2) aumento no preço dos alimentos, fato que também provocou aumento custo da alimentação no domicílio.
- O aumento nas tarifas de transporte coletivo pode ser explicado, pelo fato de se tratar de um preço administrado, em que cada município, através das respectivas prefeituras, decide sobre ele. Não estão sujeitos, portanto, às livres forças de mercado.
- As taxas de condomínio e o preço dos serviços domésticos são, sem dúvida, sensíveis a salários, principalmente ao salário mínimo. No entanto, não há propagação desses reajustes para os demais setores da produção, a não ser pelo aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores nesses segmentos.

Nos bens:

- Os preços dos cigarros têm um grande componente de impostos, assim, elevações nos tributos que incidem sobre sua produção e comercialização impactam de forma muito acentuada o preço final de vendas. Outra característica do mercado desse produto é seu grau de oligopolização que, também, exerce influência em seu preço.
- A alimentação no domicílio registrou grande aumento de preços devido, basicamente, ao aumento no preço dos alimentos e, de forma colateral, à elevação do preço do gás de botijão, derivado do petróleo.

É importante lembrar que os reajustes nos preços dos serviços sempre estiveram à frente dos demais setores. Uma das dificuldades para se reduzir o patamar inflacionário após a implantação do Plano Real localizava-se exatamente nos serviços. Ocorre certa inflexibilidade de preços nesse setor, em especial nos serviços tarifados, que carregam componente inercial expressivo por serem indexados. O grau de monopólio é uma dessas razões: luz, água, telecomunicações, transporte coletivo, entre outros, são serviços que, embora tenham preços administrados (ou vigiados), são fornecidos por monopólios poderosos com forte poder de mercado e influência sobre as agências que regulam suas atividades. Não se deve desprezar, também, a alta carga tributária que incide sobre seus preços. Como são “produtos” de primeira necessidade e sem substitutos, o impacto no custo das empresas e das famílias é muito grande.

Outro aspecto típico do setor de serviços é a impossibilidade de importação (são não-comercializáveis), que poderia criar um ambiente de mercado mais competitivo e, com isso, acomodar preços. Não se importa consulta médica, educação, corte de cabelo, manutenção de veículos etc. Quando há aumento de demanda nesses segmentos, a única possibilidade de equilíbrio de mercado, no curto prazo, é o aumento de preços. No longo prazo, com o aumento da oferta, ocorre acomodação de preços e relativa estabilização.

No setor de serviços, em que os fornecedores são, em sua grande maioria, agentes autônomos, profissionais liberais, micro empresas e trabalhadores por conta própria, a formação de preços possui uma considerável carga de inercialidade, uma vez que, além do aumento da demanda pelos seus serviços, que os incentiva a aumentar preços, existe grande sensibilidade em relação aos aumentos de preços de outros produtos que compõem sua cesta de consumo. Assim, na medida em que aumentos nos preços da alimentação, combustíveis, transporte etc., reduzem o ganho real, esses profissionais, num gesto defensivo, tentam repassar para seus preços os aumentos do custo de vida. Há, portanto, risco de propagação.

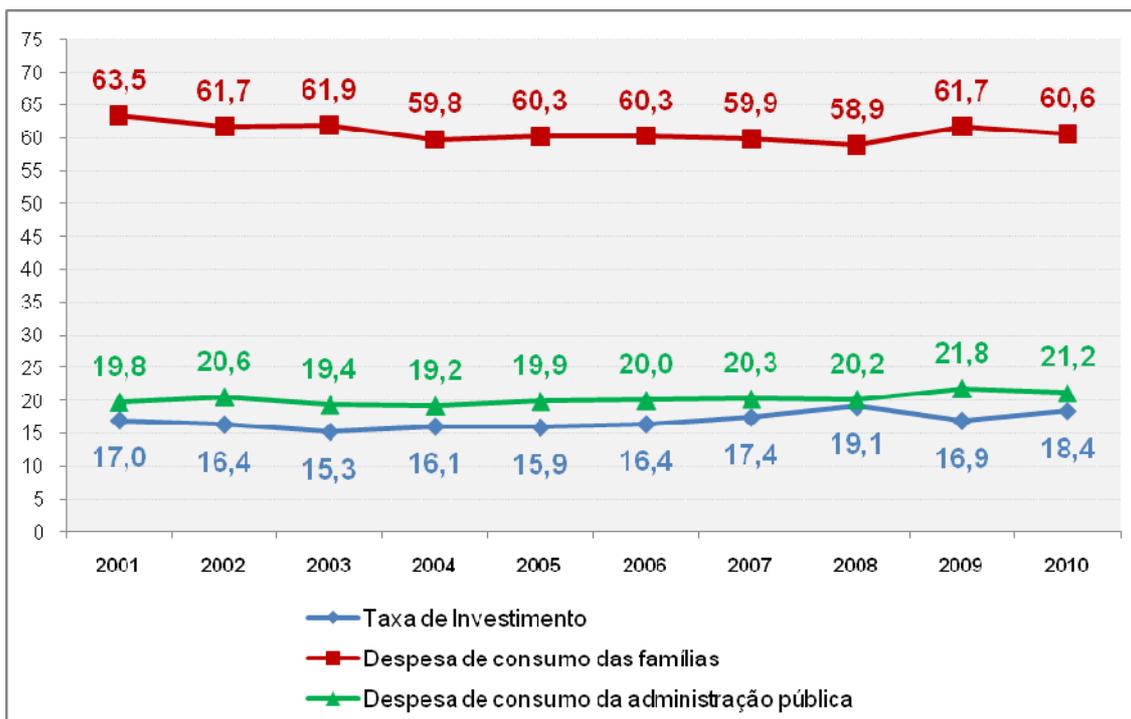
Note-se que estamos falando de dois tipos de serviços. Ambos apresentam rigidez de preços por motivos completamente diversos. Não há dúvidas que a maior inflexibilidade encontra-se no primeiro grupo, dos monopólios. Já no subgrupo dos serviços, em que o mercado é concorrencial, não só o aumento da demanda exerce pressões sobre os preços, mas o crescimento dos preços dos serviços tarifados (de monopólio) e de outros bens de consumo, também exerce grande pressão.

A Inflação e o salário

A preocupação central desta NT é mostrar que a causa da subida dos preços não está, necessariamente, ligada aos salários. Não há dúvidas de que a demanda cresceu nos últimos anos e tem influência sobre a elevação dos preços nos últimos meses. No entanto, o consumo das famílias, componente da demanda agregada mais sensível às variações salariais, tem crescido próximo do crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, até por ser seu principal componente e influenciar o resultado final das contas

nacionais. As outras duas categorias que compõem a “absorção interna”, que são os gastos do governo e os investimentos, têm mostrado crescimento a uma velocidade maior que os gastos das famílias, conforme indicado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2
Taxa de Investimento, Despesa de consumo das famílias
e Despesa de consumo da administração pública (% do PIB)
Brasil, 2001-2010



Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE

Obs.: 2009 e 2010 - dados preliminares dados preliminares baseados nas Contas Nacionais Trimestrais

O Gráfico 2 mostra os três principais componentes da demanda agregada: consumo das famílias, taxa de investimento e gastos do governo, como porcentagens (proporção) do PIB.

O consumo das famílias, depois de crescer entre 2008 e 2009, recua 1,1 pp. na passagem de 2009 para 2010. Os gastos do governo, na mesma base de comparação, crescem e depois registram um pequeno recuo de 0,6 pp. Movimento diverso ocorre com a taxa de investimento, que recua de 2008 para 2009 e volta a crescer em 2010 em 1,5 pp..

Evidente que o aumento dos investimentos é muito importante, já que, no futuro, são eles que irão aumentar a oferta e reduzir as possíveis pressões sobre os preços. Observando o gráfico, parece ser este o percurso indicado pelas respectivas curvas.

De qualquer forma, a reação dos salários ao aquecimento da economia é fruto das forças que agem no mercado de trabalho, fenômeno amplamente estudado e conhecido pelo pensamento econômico dominante, ou seja, não é algo novo ou alguma característica exclusiva da economia brasileira. De fato está havendo maior demanda por mão de obra e, neste contexto, é normal que os salários cresçam. Repasses para preços originados de elevações salariais são geralmente justificados caso os aumentos salariais superem os ganhos de produtividade e a estrutura de mercado permita os repasses no sentido de preservar as margens de lucro. Apesar de as empresas entenderem que o ritmo de crescimento da produtividade é inferior ao dos salários desde 2010, desconsideram os expressivos ganhos de produtividade ocorridos desde 1990.

As negociações coletivas, por sua vez, sempre buscam manter o poder de compra dos salários entre as datas base e incorporar aumentos de produtividade já apropriados pelas empresas. Em outras palavras, as negociações não projetam o futuro, mas apenas tentam recuperar algo consolidado no passado, ganhos já auferidos pelas empresas.

De outro lado, mas também de acordo com a teoria econômica dominante, os aumentos no valor dos salários são sancionados pelo mercado somente quando e se atenderem a uma única condição: geram receita para a empresa contratante. Isto é, a lógica capitalista e empresarial usualmente não incorpora a possibilidade de que se aumente a utilização de mão de obra sem que esta lhe dê retornos superiores ao seu custo.

Há outros custos envolvendo a atividade empresarial e que superam em larga medida a falsa questão dos aumentos salariais: a taxa de juros, taxa de câmbio, logística, alta regressividade e baixa equidade da estrutura tributária, preço das commodities, tarifas indexadas de energia elétrica e telecomunicações etc., estão entre aqueles que

têm reduzido a competitividade das empresas na medida em que, num aspecto mais amplo, reduzem suas margens. Nesse sentido, há uma enorme variedade de ajustes a serem feitos antes de se chegar aos salários.

Salário mínimo

Existe uma clara resistência do setor empresarial em relação à política de recuperação do valor do salário mínimo. No seu entendimento, os salários deveriam ser negociados livremente no mercado e refletir a produtividade média dos setores produtivos e, no limite, da economia. Se essa convicção fosse verdadeira e aplicada ao longo de nossa história, o salário mínimo teria um poder aquisitivo muito superior ao que tem hoje².

Não há dúvidas que a valorização do mínimo é positiva e, na crise econômica de 2008/2009, funcionou como um dos pilares na sustentação do nível da demanda agregada e da dinâmica do mercado interno que, naquele período, evitou que a crise mundial tivesse um maior impacto na economia brasileira.

TABELA 2
Evolução do Salário Mínimo Real – INPC-IBGE
Brasil, 2001 a 2011

	Salário nominal	Reajuste Nominal	INPC	Reajuste Real	Evolução
Abril de	180	-	-	-	100,0

² O PIB per capita cresceu 631,1% entre 1940 (ano em que o salário mínimo foi criado) e 2010. O valor real do salário mínimo em 2010, apesar da recente recuperação, estava em torno de 48% do poder aquisitivo de 1940.

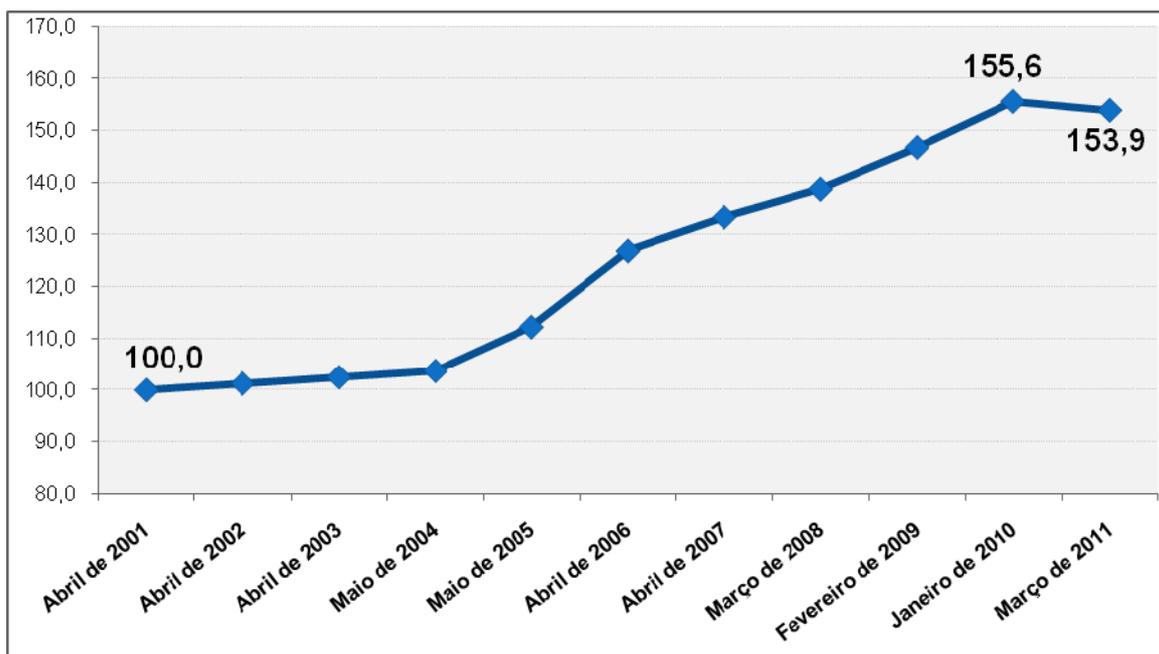
2001					
Abril de 2002	200	11,11	9,72	1,27	101,3
Abril de 2003	240	20,00	18,54	1,23	102,5
Mai de 2004	260	8,33	7,06	1,19	103,7
Mai de 2005	300	15,38	6,61	8,23	112,3
Abril de 2006	350	16,67	3,21	13,04	126,9
Abril de 2007	380	8,57	3,30	5,10	133,4
Março de 2008	415	9,21	4,98	4,03	138,8
Fevereiro de 2009	465	12,05	5,92	5,79	146,8
Janeiro de 2010	510	9,68	3,45	6,02	155,6
Março de 2011	545	6,86	8,05	-1,10	153,9

Elaboração: DIEESE

Apesar de expressivo crescimento, o salário mínimo no país ainda é muito baixo. Consegue adquirir pouco mais que o valor de 2 cestas básicas pesquisadas pelo DIEESE, o que é muito pouco se confrontarmos com o que prevê a Constituição Federal. Evidente que as micro e pequenas empresas são as que mais se ressentem com reajustes do salário mínimo, uma vez que são intensivas em mão de obra e seu nível salarial gira em torno do mínimo, embora este seja, em seu valor real, um salário de subsistência.

GRÁFICO 3
Evolução do Salário Mínimo Real – INPC-IBGE
Brasil, 2001 a 2011

(Base 2001=100)



Elaboração: DIEESE

O gráfico 3 mostra a expressiva recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo desde 2001. Apesar disso, também registra que entre 2010 e 2011 houve queda em seu poder aquisitivo, portanto, redução de seu valor real. Esse decréscimo ocorre justamente no lapso de tempo em que a inflação mostra sinais de recrudescimento. Pode-se afirmar que, ao longo de sua existência, o salário mínimo foi vítima da inflação, não sua causa.

Conclusão

As causas da recente elevação da inflação não estão claramente determinadas. Há um conjunto de situações que, de uma forma ou outra, pressiona para cima o nível geral de preços.

Os preços dos alimentos, das commodities, o aquecimento de demanda, o poder dos oligopólios, as tarifas públicas, os preços administrados, a inflação mundial, a indexação e inércia, as expectativas etc., formam um painel de possibilidades que explicam o aumento dos preços.

As variáveis relacionadas e que, eventualmente, são as responsáveis pela elevação de preços se cruzam o tempo todo e, via de regra, as causas se confundem com os efeitos, o que dificulta uma análise mais precisa e consistente.

Por outro lado, sabemos que a aplicação menos criteriosa de medidas de política monetária com o objetivo de desaquecer a demanda não deve surtir os efeitos desejados, uma vez que, como exposto, a recente elevação da inflação não tem como causa principal o excesso de demanda em relação à oferta. Há outros componentes que precisam ser analisados. Os preços das commodities, que levam a um aumento generalizado de preços em todo o mundo é um deles. A maneira de se determinar as tarifas públicas e reajustar os preços administrados, que carregam inflações passadas, é outro aspecto que precisa ser examinado com maior cuidado, pois decorre de hábitos e práticas já institucionalizadas. Essas, entre outras, parecem ser causas do aumento de preços.

A exacerbação, às vezes por motivos inconfessáveis, da importância das variações sazonais de alguns preços também ajuda a criar expectativas negativas em relação ao comportamento futuro da economia. Na esteira desse alarmismo, setores formadores de opinião, propugnam, em defesa da estabilização, o aumento das taxas de juros o que, neste instante, só beneficiará os rentistas e o setor financeiro.

Esses mesmos formadores de opinião apontam os reajustes salariais como causa de aceleração da inflação. Para justificar tal argumento, utilizam a produtividade do trabalho como referência para a concessão de aumentos salariais, sem se ter claro como medir essa produtividade. Sabe-se, no entanto, que a arrecadação federal tem aumentado expressivamente devido à elevação da receita com o recolhimento do PIS/Cofins (aumento de faturamento) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ (aumento de lucro).

A conquista da estabilidade monetária é muito recente na história brasileira. Vem se consolidando desde a implantação do Plano Real em 1994. Num país com “forte memória” inflacionária, não é aceitável que a sociedade e os governos descuidem do combate à inflação, especialmente em períodos de aceleração.

A terapia de enfrentamento, contudo, não pode prescindir de amplo diagnóstico que incorpore objetivos mais abrangentes relacionados ao desenvolvimento do país. Assim, uma política de combate à inflação que ignore a necessidade de crescimento,

distribuição de renda, elevação do emprego e dos salários no Brasil, pode por em risco os avanços conquistados no período recente. A legítima luta distributiva deveria estar no centro do debate público da política econômica buscando evitar que a atual oportunidade histórica de mudanças no Brasil seja desperdiçada.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos
Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Pedro Celso Rosa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de
Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e
Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de
Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do
Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Tadeu Moraes de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo
Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe Técnica

Airton Santos, Carla Massabki, Cátia Uehara, Cornélia Nogueira Porto, Leandro Horie, Patrícia Pelatieri,
Sérgio Mendonça, Marcelo Dalla Pria (revisão)